



ANÁLISE POLÍTICA

Ano 3, 81ª Edição - Brasília, 27/10/2022

As vitórias que o cooperativismo pretende conquistar ainda em 2022

Faltando pouco mais de dois meses para o fim de 2022, na edição desta semana pretendemos abordar quais são as propostas prioritárias que são passíveis de avanço no âmbito do Congresso Nacional ainda nesse ano e que possuem impacto para o setor cooperativista.

Outro ponto importante para tratarmos é o que está em jogo em 2022 no âmbito do Poder Legislativo e que pode influenciar o ano que vem, com especial atenção para a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por fim, também trazemos as perspectivas de realização de sessões deliberativas, tanto na Câmara, quanto no Senado.

Quer saber mais sobre esses assuntos? Acompanhe as próximas páginas e também não esqueça que todas as nossas edições anteriores da Análise Política estão disponíveis no [seguinte link](#).



Perspectiva de realização de sessões deliberativas em 2022

É necessário frisar que, atualmente, não há um calendário de realização de sessões deliberativas estabelecido, tanto para o Senado Federal, quanto para a Câmara dos Deputados. A pauta para o fim de ano será definida pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira e o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco.

Há a perspectiva, inclusive, de que o resultado do segundo turno para as eleições presidenciais pode alterar a quantidade de reuniões deliberativas a serem realizadas por ambas as casas ainda em 2022, possibilitando a aprovação de projetos ainda neste ano.

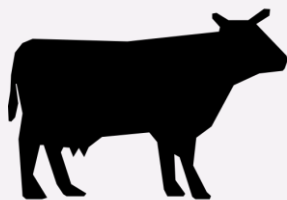
Por outro lado, o panorama é que as atividades de ambas as casas do Congresso Nacional voltem com força após o dia 30 de outubro (segundo turno) e permaneçam desta forma até a Copa do Mundo, que se inicia no dia 20 de novembro. Ao todo, são sete semanas até o fim do ano legislativo.



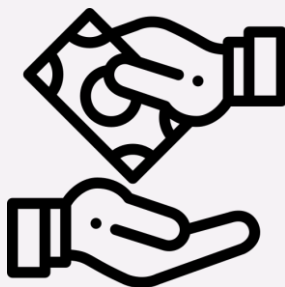
Prioridades do Legislativo e Executivo até o fim do ano

Atualmente, não há perspectiva de avanço das reformas estruturantes (Reforma Tributária e Reforma Administrativa) ainda neste ano. O Poder Legislativo tende a focar no avanço de **matérias setoriais que possam ser aprovadas e sancionadas ainda na atual legislatura e que resolvam temas que podem enfrentar dificuldades em uma eventual mudança de governo em 2023.**

Principais prioridades:



PL 1.293/2021
Autocontrole na
defesa agropecuária



PL 4.188/2021
Marco Legal de
Garantias



PL 1.272/2022
Desoneração da
folha de pagamento
no setor de saúde



PLOA 2023
Lei Orçamentária
Anual - 2023

Análise da possibilidade de avanço das proposições

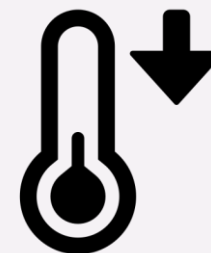
Antes de abordar diretamente as proposições nas próximas páginas, é necessário explicar como analisamos a possibilidade de avanço legislativo das matérias. Para isso, estudamos como o Congresso Nacional e o governo federal estão priorizando bem como a forma como a sociedade civil organizada tem se manifestado sobre o teor de cada projeto de lei. Com relação aos projetos de baixa probabilidade de avanço, o Sistema OCB tem acompanhado essas propostas, com o objetivo de avaliar eventuais oportunidades de atuação.



**Alta possibilidade de avanço
ainda em 2022**



**Média possibilidade de
avanço ainda em 2022**



**Baixa possibilidade de avanço
ainda em 2022**

Projeto de Lei 1.293/2021 – Autocontrole na Defesa Agropecuária

Descrição: fruto de um longo diálogo entre governo e entidades do setor produtivo, o projeto prevê a instituição de procedimentos de conformidade e de boas práticas aplicados na defesa agropecuária por produtores, cooperativas e agroindústrias. A matéria se baseia na teoria da regulação responsiva, na qual a efetividade do ambiente regulatório não se concentra somente no viés coercitivo e punitivista, mas também na adoção obrigatória de programas de autocontrole pelos agentes privados e no constante diálogo entre regulador e regulados.

Posicionamento do Sistema OCB: favorável à aprovação da matéria.

Situação atual: já aprovado no âmbito da Câmara dos Deputados. Encontra-se pronto para deliberação no Plenário do Senado Federal.



Termômetro de avanço em 2022: o projeto é tratado como prioritário pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e há a perspectiva de avanço ainda em novembro.

Projeto de Lei 4.188/2021 – Marco Legal de Garantias

Descrição: o Projeto de Lei 4188/21, do Poder Executivo, institui um marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Pelo texto em análise na Câmara dos Deputados, será possível utilizar um mesmo imóvel como garantia em diferentes operações de financiamento, o que não é possível atualmente. A operacionalização desse serviço especializado ficará a cargo de instituições gestoras de garantias (IGGs). Serão pessoas jurídicas de direito privado cujo funcionamento dependerá de autorização do Banco Central a partir de critérios definidos pelo Comitê Monetário Nacional.

Posicionamento do Sistema OCB: ressalvas. Há a necessidade de aperfeiçoamento do texto, principalmente no que tange à garantia de segurança jurídica nos contratos de penhorabilidade.

Situação atual: matéria já aprovada na Câmara dos Deputados, aguarda despacho de comissões no Senado Federal.



Termômetro de avanço em 2022: o projeto é tratado como prioridade pelo Poder Executivo Federal, que é autor da proposição.

Projeto de Lei 1.272/2022 – Setor de saúde na desoneração da folha

Descrição: o Projeto de Lei 4188/21, inclui o setor de saúde entre os setores passíveis de desoneração da folha de pagamentos de funcionários. A proposição é uma das medidas para viabilizar o piso da enfermagem.

Posicionamento do Sistema OCB: o Sistema OCB se manifesta favorável à proposição.

Situação atual: o projeto está no Plenário da Câmara dos Deputados, aguardando apreciação do parecer do deputado Pedro Westphalen, com requerimento de urgência já aprovado.



Termômetro de avanço em 2022: o projeto é tratado como prioridade pelo Poder Executivo e Legislativo Federal, como forma de garantir que as instituições de saúde privadas possam implementar o piso da enfermagem, aprovado pela Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023)

Descrição: a Lei Orçamentária Anual estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

Posicionamento do Sistema OCB: há preocupação em relação à garantia do orçamento para programas de grande importância para o cooperativismo, como o Programa Alimenta Brasil (antigo Programa de Aquisição de Alimentos), bem como a equalização de juros do crédito rural e programas de renovação de frota viária.

Situação atual: a PLOA 2023 encontra-se atualmente em fase de audiências públicas, [conforme calendário do Senado Federal](#).



Perspectiva de avanço em 2022: é raríssimo o Congresso Nacional entrar em recesso antes da aprovação da Lei Orçamentária anual para o ano seguinte.

Projeto de Lei 488/2011 – Segurado Especial

Descrição: para trazer segurança jurídica para as cooperativas e seus cooperados, por iniciativa do segmento cooperativista, o projeto propõe alterações nas Leis 8.212/71 e 8.213/71 no intuito de permitir ao segurado especial sua a associação em cooperativa de produção, de crédito, de eletrificação ou de outro ramo do cooperativismo. A proposta ainda autoriza ao segurado especial a obtenção de outra fonte de rendimento desde que seja decorrente do desempenho de atividade de conselheiro de cooperativa de produção, de crédito, de eletrificação ou de outro ramo, desde que o segurado especial continue exercendo a atividade rural, ainda que receba cédula de presença ou outra verba, pela participação em reuniões.

Posicionamento do Sistema OCB: aprovação do texto nos moldes do texto aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

Situação atual: O projeto está atualmente na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, aguardando parecer do deputado Luiz Lima.



Perspectiva de avanço em 2022: A Frente Parlamentar do Cooperativismo tem trabalho fortemente pela aprovação da matéria, mas a perspectiva é que ela avance apenas no início de 2023, devido à pauta apertada de trabalho do Poder Legislativo.

Projeto de Lei Complementar 519/2018 – Cooperativas de seguro

Descrição: no Brasil, as cooperativas têm restrições para atuação com seguros, de acordo com o Decreto-Lei 73/1966. Diante do comprovado sucesso internacional das cooperativas seguradoras, que fornecem concorrência e escolha para os consumidores, contribuindo para a pluralidade e diversidade corporativa, além de colaborar para um menor impacto orçamentário do governo em socorro à sociedade em casos de crises e desastres naturais, a OCB apoia a participação das sociedades cooperativas no mercado de seguros no Brasil, desde que haja conformidade com a Lei 5.764/1971 e com uma regulação adequada ao modelo cooperativista.

Posicionamento do Sistema OCB: aprovação de substitutivo de contemple as indicações do Sistema OCB.

Situação atual: pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.



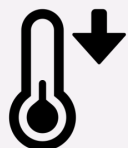
Perspectiva de avanço em 2022: atualmente, o Sistema OCB tem tratado com o Ministério da Economia, visando a construção de uma proposta conjunta entre o setor cooperativista e o Poder Executivo Federal, que garanta a segurança jurídica para que cooperativas operem seguros e que possa ser incluída, na forma de substitutivo, ao projeto de lei complementar 519/2018.

Projeto de Lei 2.159/2021 – Licenciamento Ambiental

Descrição: quanto ao tema, a OCB destaca as seguintes prioridades: i) observar os critérios para definição das atividades passíveis de licenciamento ambiental; ii) prever procedimentos céleres e desburocratizados como regra geral; iii) delimitar de modo seguro a intervenção de órgãos de controle e fiscalização; e iv) estabelecer clara delimitação quanto à responsabilidade por danos ambientais decorrentes da atividade licenciada. Por outro lado, vislumbra-se com preocupação propostas que visem: i) inserir nesse marco legal a disciplina da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE); ii) aprofundar a centralização do poder de regulamentação na União; iii) utilizar o conceito de “grau de relevância ambiental da área” como um dos critérios para definir quais atividades precisam de licenciamento; e iv) conferir caráter punitivista à legislação.

Posicionamento do Sistema OCB: aprovação do texto da Câmara dos Deputados no Senado Federal.

Situação atual: tramitando conjuntamente na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura do Senado Federal.
Relatora: Kátia Abreu.



Termômetro de avanço em 2022: o projeto é tratado como prioritário pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mas há forte mobilização contra o progresso da proposição.

Emendas parlamentares – Oportunidade para o cooperativismo

Ainda sobre a Lei Orçamentária Anual, ressaltamos que há a possibilidade das cooperativas obterem recursos financeiros por meio de convênios com a União. O Sistema OCB desenvolveu a cartilha [Emendas Parlamentares – Oportunidades para o Coop](#), com objetivo de **auxiliar as cooperativas na captação de recursos federais por meio de convênios em decorrência de transferências voluntárias derivadas de emendas parlamentares**, abordando seus conceitos básicos e atentando para os procedimentos e regras disciplinadoras para aplicação destes recursos. Acesse a cartilha e entre em contato com a Unidade Estadual de seu estado, caso tenha dúvidas.



Prazo limite para
apresentação de emendas
para a PLOA 2023:
14/11



Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb



sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br

somoscoop



SistemaOCB